

### Manhattan é o Mundo

Álvaro de Vasconcelos

A marca da Europa deve ser notória na resposta ao terror que desta vez atingiu a América no coração do seu cosmopolitismo. É preciso que a resposta seja exemplarmente eficaz, sem tolerar porém excessos nem desvios, próprios ou alheios. A vida humana vale o mesmo em Nova Iorque e em Srebrenica, em Ramallah e em Tel-Aviv, e o terrorismo é fruto de correntes identitárias que percorrem o mundo inteiro, sem olhar a raças nem a credos. O combate sério ao terrorismo transcende o campo da segurança e exige esforço e empenho na resolução das crises que facilitam a sua emergência e a sua acção, exige o combate à pobreza, ao totalitarismo, à injustiça e à não democracia.

11 de Setembro, o crime monstruoso contra a mais cosmopolita das cidades, que fez vítimas por milhares de todas as nações, marcará profundamente uma geração, sobretudo no Ocidente. A consciência dos europeus fora já abalada pelo regresso à Europa da barbárie identitária, com a limpeza étnica nos Balcãs e particularmente na Bósnia. Infelizmente, porém, muitos acharam que, nos Balcãs, ainda eram os outros que morriam. Em Nova Iorque, a poucos metros da estátua da Liberdade, todos se sentem atingidos. Nova Iorque não é a América, e muito menos a América em que os europeus se sentem estrangeiros. Nova Iorque é o mundo, e para alguns a mais europeia das cidades. É esta identificação que leva muitos europeus a dizer, perante a tragédia, "somos todos americanos", quando melhor deveriam ter dito "somos todos cidadãos do mundo".

Mas a reacção ao 11 de Setembro pode ter como consequência o oposto do que simboliza Nova Iorque: a ideia do universal, do mundo global. Será assim se, numa adesão à visão maniqueísta que marca as mentalidades na outra América, a da pena de morte e dos linchamentos, se identificar o bem com um Estado, uma nação ou uma raça, e o mal com os outros e com uma religião determinada. Na Califórnia foi linchado um cidadão egípcio. Vários americanos árabes ou identificados como tal foram agredidos, postos fora de aviões e autocarros, impedidos de trabalhar. E a Europa não está imune a esta nova vaga racista. O jornal Padania, da Legga Nord, interrogava-se em título : «Um milhão de imigrantes: quantos terroristas?».

Dias depois do crime contra Manhattan visitei uma exposição, em Paris, intitulada Hitchcock e a Arte: Coincidências Fatais. Experiência angustiante, dado o ambiente que se criou na Europa, como a da maioria dos filmes do mestre euro-americano de A Corda, obra-prima sobre o fascismo dos super-homens, sobre a constatação de que o mal não são os outros, está por dentro e não por fora e a todos atinge, visão negra do futuro que marcou também a arte europeia do início do século XX, numa antevisão do que seria a primeira e a segunda guerra mundial. Pouco depois do final da Segunda Guerra, Albert Camus alertou para o perigo do regresso da barbárie totalitária. Evocando os gritos de júbilo que irrompiam da multidão que saudava a paz, Camus lembrava que ela estava no entanto ameaçada, pois "o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca" e que viria talvez o dia em que a peste voltaria a acordar, para semear a morte e a desgraça numa "cidade feliz".

A consciência de que a peste totalitária poderia regressar um dia ao Ocidente deu origem à União Europeia. Vitória extraordinária do homem contra a barbárie nacionalista e totalitária, vitória frágil porém que não fez nem fará desaparecer os inimigos da tolerância e da convivência cidadã, como se vê no recrudescimento das

correntes racistas e xenófobas que atravessam todos os países europeus. A limpeza étnica na Bósnia, em nome da "civilização ocidental" e da pureza identitária, mostrou plenamente como Camus tinha razão. A resposta à carnificina, lenta, tímida, apaziguadora, mostrou como muitos europeus e norte-americanos ainda estavam marcados pelo neutralismo e pelo egoísmo dos abastados. No fim de contas, a Europa, primeiro, e os Estados Unidos da América, em seguida, acabaram por se mobilizar para defender os direitos fundamentais nos Balcãs e proteger os povos, sobretudo de religião muçulmana, para os integrar um dia na Europa da diversidade e da tolerância, da democracia.

A consciência de que a Europa não é terra apenas de Averróis, Kant, Camus ou Tolstoi, mas também a pátria de Hitler, Staline ou Milosevic, deve resguardá-la contra toda a arrogância civilizacional, nomeadamente neste momento particularmente delicado. A mesma introspecção necessita de fazer a América nesta hora trágica, propenso ao despertar de todas as iras e de todas as cegueiras. Se a barbárie é alternativa possível em toda a parte, também o é a democracia e a defesa dos direitos fundamentais. Por isso é tão essencial o debate que se trava nos países árabes e islâmicos sobre a natureza do crime de 11 de Setembro e a ideologia dos que o perpetraram. O sentimento ambíguo que atravessa as suas opiniões públicas, explicável que é pelas humilhações e esperanças não concretizadas da década de noventa, pela desproporção da dor e da indignação quando os mortos são «nossos» ou «estrangeiros», pela gravidade das crises não resolvidas, não torna menos mas mais essencial ainda, para os intelectuais do mundo muçulmano, o combate ideológico e político contra o novo fascismo, em nome da democracia e dos direitos do homem.

Recusar o relativismo cultural na análise da barbárie é identificar os autores do crime de Manhattan com uma corrente política identitária extrema e totalitária que, de Srebrenica a Nova Iorque, do Afeganistão ao Ruanda, representou e representa a principal alternativa à democracia e à liberdade. Nem a Europa pode ser uma Suíça rodeada pela miséria do mundo, nem os Estados Unidos podem ser uma ilha, num mundo cada vez mais globalizado, retirando da interdependência crescente apenas os benefícios e recusando a submissão a todo e qualquer freio multilateral. São os mesmíssimos factores que permitiram falar-se do fim da geografia e da porosidade das fronteiras, do ponto de vista económico e financeiro, que facilitam a acção das redes terroristas. A resposta ao crime de Nova Iorque, o mais mortífero da era da globalização, só pode ser universal. Tem que significar uma mobilização da nascente sociedade civil mundial para exigir um mundo mais regulado e com normas aceites pela maioria, com uma justiça também ela cada vez mais universal.

Nesta regulação, como afirma Amartya Sen, a criação de dispositivos globais para o combate à pobreza, a distribuição dos benefícios das transacções internacionais, tem que ser prioridade dos organismos internacionais e dos Estados mais poderosos. A ratificação e concretização do TPI é uma peça essencial desta construção. Esperando por ele, o Conselho de Segurança deveria criar um tribunal para julgar os responsáveis do crime de Nova Iorque e dar assim mais um passo para a universalização da justiça.

É evidente que o combate ao terrorismo não é apenas político e social, tem que ter uma componente de segurança. Mas a repressão do terrorismo não pode constituir entrave às medidas políticas que, a longo prazo, dificultarão o surgimento e a acção de grupos terroristas. A utilização por Estados autoritários da luta anti-terrorista como arma contra os seus opositores internos, inclusive dos movimentos islamistas que não recorrem ao terror, é um dos dilemas da construção da grande coligação liderada pelos Estados Unidos. E a luta anti-terrorista não pode servir de pretexto à legalização e legitimação dos assassinatos extra-judiciais. Se se der prioridade

exclusiva à segurança, sem atender devidamente à legalidade e aos direitos fundamentais, crescerá o apoio às correntes totalitárias.

A União Europeia, com a sua experiência singular de democracia e coesão social, tem um papel cimeiro na promoção desta agenda. Mas para o fazer, precisa de ter a seu lado os Estados Unidos, a maior das potências democráticas, conquistando-os para o multilateralismo e a universalização da justiça, tal como precisa de reforçar as suas relações com o mundo muçulmano, conquistando-o igualmente para o respeito dos direitos fundamentais. Para isso, evidentemente, não basta à Europa a força do exemplo nem as declarações de solidariedade. Terá que ser capaz, com voz própria, mas sem ambiguidade, de assumir a sua parte na luta contra o totalitarismo e na resolução das crises graves que o alimentam, nomeadamente quando este assume a forma de terror. A afirmação da nuance europeia não pode significar, em suma, o neutralismo anti-americano.

Sem os Estados Unidos, a luta contra a barbárie, as crises e as fracturas sociais que a facilitam, não poderá ter sucesso. Por outro lado, nem os Estados Unidos resolverão sozinhos os problemas do mundo, nem a América está imunizada contra eles. Queremos acreditar que será a América de Manhattan, plural e aberta, que emergirá no debate americano sobre a resposta ao terror.